

VIAJANTES ESTRANGEIROS NA CORTE DE DOM JOÃO VI

Carollina Carvalho Ramos de Lima (Faculdade de História, Direito e Serviço Social – UNESP/Franca)

Desde a descoberta do Novo Mundo, no século XVI, a literatura de viagem mostrou-se um notável veículo de propagação de imagens sobre o continente americano. O gênero tinha muitos apreciadores na Europa, e foram publicadas importantes coleções de narrativas – *Grands Voyages* (1590), de Theodore de Bry;; *Collections of voyages* (1598), de Levinus Hulsius; *Collection of voyages and Travels* (1704), de John Churchill; *General Collection of Voyages and Travels* (1808), de John Pinkerton; entre outras. No entanto, sobre a colônia portuguesa na América se tinha disponível pouca fontes de informações, uma vez que, Portugal quase nada escreveu sobre suas terras além-mar no decorrer dos três séculos de seu domínio; restando, portanto, aquilo que partiu das penas de outras nações do Velho Mundo, sobretudo Inglaterra, França e Alemanha.

No entanto, a literatura de viagem a respeito do Brasil ganhou vigor depois do desembarque de D.João VI no Rio de Janeiro, quando as restrições à entrada e permanência de visitantes europeus são abolidas com a famosa abertura dos portos às nações amigas, em 1808ⁱ – estima-se que entre 1500 e 1808 cerca de cem relatos de viagem foram publicados sobre o país; porém, esse número (cem relatos) foi superado, depois da abertura dos portos, em pouco mais de cinqüenta anos. Tais relatos descreviam, em linhas gerais, a paisagem natural que circundava a urbe, o clima tropical e a fertilidade da terra, a arquitetura e o funcionamento da cidade, os costumes dos colonos e os ritos da corte. O Rio de Janeiro aparece, na maioria das vezes, como o lugar mais belo do mundo por causa de suas riquezas naturais; riquezas estas, que no século XIX, atraíram, com o aval do monarca, inúmeros viajantes naturalistas com o intuito de estudarem a flora e a fauna brasileira.

Desta forma, o século XIX é para o Brasil um momento rico em se tratando de narrativas de viagem, uma vez que, o desembarque da Família Real flexibilizou as inúmeras restrições quanto a entrada e permanência de visitantes estrangeiros no país. O estabelecimento da corte no Rio de Janeiro imprimiu na capital imperial uma nova organização política e econômica, bem como, novos padrões de convivência e

de costumes. Além disso, o grande número de estrangeiros que visitaram a colônia portuguesa, ou até mesmo os que aqui se estabeleceram (principalmente, na sede fluminense) exigiu que a cidade carioca criasse mecanismos para atender as novas demandas de moradias, bens e serviços.

Cabe lembrar, que as razões e motivos para se empreender uma viagem se modificaram ao longo do tempo, podemos dizer que o século XVIII desenvolveu um novo *estilo* de viagem – consolidado no decorrer dos oitocentos – caracterizado, grosso modo, pelo movimento de viajantes naturalistas, cuja maior motivação era realizar um diagnóstico, de caráter científico, da fauna e da flora do lugar visitado. Em grande parte, tais expedições, viajavam com financiamento particular, porém obtinham o apoio das cortes européias (LEITE, 1995, p.51).

Assim, diante deste contexto político, econômico e cultural do início do século XIX, nos propomos, nesta comunicação, analisar correspondências, diários e narrativas de alguns viajantes estrangeiros que estiveram no Rio de Janeiro entre 1808 e 1821, de modo, a mapear as noções comuns que têm a maioria dos autores a respeito dos cariocas e sua cidade. Contudo, é importante ressaltar, que não faz parte de nossas pretensões, comparar as descrições com outros tipos de documentos, a fim de buscar o real funcionamento do Rio de Janeiro. O objetivo de nossos estudos é, sim, compor o quadro criado pelos visitantes da capital do império luso-brasileiro, quadro este, que pode fugir das perspectivas de outros documentos tidos como oficiais (atas do governo, certidões, registros do Paço imperial).

O conjunto de narrativas que estudamos para compor esta comunicação denota, primeiramente, um aspecto muito característico da literatura de viagem, desde do século XVI: *o compromisso com a verdade*. Os viajantes vangloriam-se por “relataros lo que allí vi y oír” (ROBERTSON, 1920, p.62)ⁱⁱ. No entanto, os relatos dos oitocentos tentam ter um caráter científico, que leva os viajantes, que no decorrer do século XIX estiveram no Brasil, a optarem em “ver com os próprios olhos”, a fim de oferecer um registro fidedigno de suas viagens. O pintor francês Jean Baptist Debret (1972, p.01), a este respeito, escreveu:

Valendo-me do título honroso de vosso correspondente no Rio de Janeiro, ousou hoje oferecer-vos dedicando, esta obra histórica e pitoresca, em que me lembro, antes de tudo, ao mundo intelectual, que o Império do Brasil deve ao Instituto de França sua Academiadas Belas Artes do Rio de Janeiro. [...]. Historiador fiel, reuní nesta obra o Brasil os documentos relativos aos resultados dessa expedição

pitoresca, totalmente francesa, cujo progresso acompanhei passo a passo.

O Brasil aparece nas narrativas como um lugar *pitoresco*ⁱⁱⁱ (DEBRET, 1972, p.116; POHL, 1976, p.20; SAINT-HILAIRE 1974, p.19). Era como se os viajantes; estivessem num espaço inusitado, original e envolvente. Viajantes como Debret, Rugendas e Saint-Hilaire ficaram conhecidos por suas pranchas que, em comunhão com o texto escrito, levariam ao conhecimento do Velho Mundo o cenário dos trópicos.

No Rio de Janeiro os viajantes encontraram um exuberante panorama natural. A descrição da baía de Guanabara, por exemplo, evidencia o impacto inicial causado pelo fausto da paisagem, de forma tal, que a descrição surpreende seus leitores, é como se, o viajante mesmo tendo feito outras tantas viagens, jamais tivessem pousado os olhos em tanta beleza (BRACKENRIDGE, 1820, p. 16; CALDCLEUGH, 1825, p.06; MAWE, 1978, p.82). A esplêndida paisagem, portanto, parece nunca ter sido vista pelo europeu, que dificilmente a esqueceria. O pintor da expedição francesa *Uranie*, Jacques Arago (1855, p. 257), foi enfático ao dizer: “dasafia-vos para vos esquecerdes jamais d’uma floresta virgem como a do Brazil, mesmo quando a vossa vida for secular, mesmo depois de ter-des passeado nas capitaes de todos os paizes, no meio de todos os archipelagos, sob todas as zonas”.

Nesse sentido, ao elogiarem as belezas naturais, os viajantes foram unânimes, enaltecendo a prodigalidade do solo, como se “o Criador” tivesse sido muitíssimo generoso com esta porção de terra do outro lado do Atlântico (ARAGO, 1855, p.245). Para o alemão Ludwing von Rango (1966, p.132), diante de uma raça bastarda, “a natureza, para fazê-los aceitáveis aos olhos do mundo, derramou seus encantos com indizível amor”.

O cenário brasileiro aguçava os sentidos do viajante, inspirando-o a fazer uma interpretação romântica da natureza^{iv}: “Casi no puede concibiense nada más semejante a la magia. Parecia que, sim esperario o quererio, hubiéramos salido in um instante del caos a um mundo cubierto de riqueza y beleza maravillosas”. (ROBERTSON, 1920, p. 62). Os alemães Spix e Martius (1976, p.80), também descreveram a magia que envolve o individuo ao conhecer o Brasil: “tudo age com magia toda especial na alma do homem sentimental renascido pelo espetáculo do delicioso país”.

No entanto, para a maioria dos viajantes, o entusiasmo inicial oriundo da exuberante paisagem, se esvai depois do encontro com a urbe e seus habitantes. É como se, “tudo que a natureza fizesse (sic) por este país fosse (sic) magnificamente, por isso parece tanto mais pobre o que o homem criou”. (RANGO, 1966, p.144).

No limiar da estada na capital do Império luso-brasileiro, o sentimento de magia dava lugar à angústia, ao pesar e ao pavor. O Rio de Janeiro mostra-se repugnante quanto ao clima, as pragas, a imundice e a insalubridade citadina. Os visitantes europeus, repetidas vezes, reclamaram da atmosfera tropical, lemos, em quase todos os relatos, a expressão: *o calor era insuportável*. E malgrado a pena de estar sob o julgo de um clima tão hostil, os viajantes atribuíram ao intenso calor uma série de problemas sanitários da cidade:

The effects of the climate and soil of this part of Brazil, without don't being particularly favourable to longevity, are certainly far from proving destructive to human life. While most tropical countries have their peculiar diseases, this can scarcely be system any tendency to diseases of the liver, all warm some cases of this nature have occurred at Rio de Janeiro, and terminated fatally with such rapidity, the European, even with strong biliary symptoms, continues the same life of luxury before regardless of repeated warnings. Diseases of the skin are very common, and to them the negro race seems peculiarly liable. (CALDCLEUGH, 1825, p.17).

O aspecto da urbe carioca enojava os visitantes europeus (LUCOCK, 1940, p. 167), em geral a limpeza das ruas deixava muito a desejar, “a ponto de se verem, nos lugares mais freqüentados, às vezes durante dias inteiros, cães, gatos e mesmos outros animais mortos” (RUGENDAS, 1976, p.110). Para os viajantes os habitantes do Rio haviam adotado um gênero de vida moroso para viverem sob o calor tropical, e este modo de vida, parecia ter abdicado dos princípios básicos de asseio pessoal e do lugar onde habitavam. A higiene, portanto, não era uma virtude dos brasileiros (CALDCLEUGH, 1825, p.20-21; MAWE, 1978, p.82).

Para piorar certas doenças acometiam, especialmente, os viajantes. Entre estas moléstias “duas sobressaem, que, embora não mortais, devem ser altamente incomodas e desagradáveis. A inchação das pernas e que por sinal, são raramente curáveis”. (RANGO, 1966, p. 133). Além disso, os recém chegados ao Rio de Janeiro, como relata Leithold (1966, p. 40):

[...] apanham uma espécie de sarna ou eczema nas mãos, mas sem ser tão coçativa. [...]. Outra moléstia, não menos repelente, é a das pernas grossas, quais potes de manteiga, que vemos pelas ruas, às

vezes simultaneamente com hérnias, deixando a mais deprimente das impressões nos espíritos sensíveis. (LEITHOLD, 1966, p. 40).

A arquitetura da cidade, ao contrário do cenário natural, pouco impressionou os viajantes. A geografia carioca exigiu que para a construção da cidade fossem dissecados os mangues, brejos e lagoas, no entanto, “[...] é de surpreender que muito pouco se faça do lado do governo para secá-los” (RANGO, 166, p. 133). Em verdade, D. João VI e seus ministros trabalharam, com grande afinco, no embelezamento da cidade e na criação de infra-estrutura que atendesse as novas demandas, trazidas com a corte. No entanto, o empenho do príncipe regente esbarrou em “grandes dificuldades; [uma vez que] por toda parte torna-se necessário fazer saltar os rochedos para a abertura das novas ruas e dos cais para dar maior regularidade às que já existem”. (RUGENDAS, 1976, p. 16).

Neste processo de construção cidadina, faltou um plano organizativo de expansão da urbe, de forma que o resultado final, foi uma cidade com ruas e quarteirões irregulares e sinuosos, características apontadas pela maioria dos relatos estrangeiros:

As ruas, como já ficou dito, na maioria estreita, são às vezes bem pavimentadas e supridas de calçadas. As sarjetas correm pelo meio, como em Paris. [...]. A iluminação noturna da cidade satisfaz a tudo o que se refere à mesma está instalado de maneira muito funcional. (LEITHOLD, 1966, p. 12 -13).

O palácio real, por exemplo, não foi bem quisto por grande parte dos viajantes, acreditava-se que o edifício imperial não estava à altura da realeza e das riquezas naturais da nova sede da corte (DEBRET, 1972, p.90). O Paço foi construído “num estilo limpo, plano, e de modo algum grandioso – grandiosidade que, por sinal, não combinaria com a atual situação da família real” (MACQUARIE, 2007, p.37). Como sintetizou Rugendas (1976, p.15): “O Palácio Imperial é um edifício vasto e irregular da pior arquitetura”.

No entanto, o soberbo aqueduto chama a atenção de todos os forasteiros, os chafarizes, elegantemente construídos de pedra, recebeu ornamentos parisienses que comovia o observador. Tanto o alemão Theodor Von Leithold (1966, p.13), quanto Debret (1972, p.90) compararam o estilo da edificação ao grandioso feitiço romano. Os tais grandiosos aquedutos conduziam a água, obtida das montanhas, por toda cidade.

Os arredores do centro do Rio de Janeiro – Botafogo, Catete, Santana, Glória, Catumbi e Mata-Porcos – no entanto, receberam exaltados elogios, graças a uma arquitetura aprazível e elegante, conseqüência do ordenamento harmonioso de uma série de casas novas e de bom gosto, em consonância, com as belezas naturais circundantes (DEBRET, 1972, p.90; LEITHOLD, 1966, p.13; RUGENDAS, 1976, p. 15). Estas regiões da cidade carioca estavam, em geral, reservadas à nobreza e às pessoas ricas, nacionais ou estrangeiras, sendo que, muitos de nossos viajantes se hospedaram nestas residências.

Os estrangeiros, em sua maioria, sentiram-se bem acolhidos pelos colonos, principalmente se fossem introduzidos por um anfitrião da fidalguia portuguesa (ARAGO, 1855, p. 252; POHL, 1976, p.46; RUGENDAS, 1976, p. 23). O povo da colônia tropical, em geral, foi considerado muito afável e receptivo, “às vezes inoportunos, mas sempre polidos” (SAINT-HILAIRE, 1974, p.27), Debret (1972, p.86) reafirmou esta característica ao dizer:

Com muita justiça os viajantes que percorreram o Novo Mundo citam o brasileiro como o habitante mais cortes e afável da América do Sul. Essas qualidades se deve em parte a influencia de um clima delicioso que, fecundando-lhe as belas plantações, apenas exige dele que fiscalize sossegadamente as abundantes colheitas cuja importação constitui a base de seu comércio marítimo.

No entanto, apesar da calorosa acolhida, sem dúvida, era uma tranqüilidade estar em meio aos conterrâneos, nas palavras da francesa Rose de Freycinet: “quando nos encontramos num país estrangeiro, experimentamos uma grande satisfação ao encontrar compatriotas”. (FREYCINET, R., 2007, p.42). Ainda mais dramático foi o comentário do militar alemão Ludwing von Rango que se dizia emocionado, a ponto de chorar “cada vez que passava por uma oficina, loja ou casa e ouvia falar alemão, aparecendo em seguida um homem pálido, banhado em suor, cujo rosto parecia marcado pelo arrependimento”. (RANGO, 1966, p. 120). Arrependimento este, que Rango sentiu ao chegar no país e conviver com o populacho e seus hábitos.

Em diversas ocasiões os brasileiros mostraram-se ressabiados com a presença estrangeira no Rio de Janeiro, e freqüentemente os viajantes teceram comentários a este respeito, como o do pintor alemão Johann Rugendas (1976, p.24-25):

É certo que os brasileiros não demonstram sua desconfiança nem sua prevenção, senão muito raramente, nas relações quotidianas; mas, cedo ou mais tarde, e às vezes depois de muito tempo, o estrangeiro percebe que foi apenas tolerado e por detrás trabalhavam contra ele. Não é raro ouvirem-se amargas censuras dirigidas aos brasileiros acerca desse aspecto de seu caráter; mas os que se queixam com maior veemência não são os que teriam maior direito de fazê-lo e, para ser justo, é preciso convir em que a desconfiança do habitante do Brasil para com o europeu não é inteiramente justificável. Ela assenta na convicção de que os europeus que vêm para fazer fortuna, no comércio, nos empregos públicos ou de qualquer outra maneira, não têm nenhum amor ao país, nem aos seus habitantes; ao contrario, um absurdo orgulho fá-los afastarem-se destes últimos; pensam apenas em se enriquecer para levarem em seguida para a Europa o que tiverem juntado; e para atingir esse objetivo, mostram-se decididos não só a qualquer negócio no Brasil, mas até fugir do país.

O fato, é que a transferência de Dom João VI para o Brasil reforçou as atribuições administrativas e comerciais da cidade carioca, panorama intensificado depois da famosa abertura dos portos às nações amigas. Momento em que o Rio de Janeiro, audível e visivelmente, começou a adquirir feições europeizadas. Destarte, a cidade carioca, no olhar destes viajantes, é um exemplo significativo da possibilidade de implantação do processo civilizador nos trópicos, nas palavras de Pohl (1976, p.38):

Se algum ponto do Novo Mundo merece, por sua situação e condições naturais, tornar-se um dia teatro de grandes acontecimentos, um foco de civilização e cultura, um empório do comércio mundial é, ao meu ver, o Rio de Janeiro. Não posso aqui reprimir essa observação.

O significativo contingente de estrangeiros, circulando na capital, insuflou novos padrões de convivência, de cultura e organização citadina, em outras palavras, “língua, costume, arquitetura e afluxo de produtos da indústria de todas as partes do mundo dão à praça do Rio de Janeiro aspecto europeu” (SPIX e MARTIUS, 1976, p. 42). A cidade fluminense, portanto, passou a ter traços de civilidade e modernização, calcados nos exemplos europeus:

É de bom-tom, na alta sociedade, imitar os costumes ingleses; mas estes são tão contrários à vivacidade dos habitantes e mesmo o clima que uma tal preocupação só pode provocar uma impressão desagradável no estrangeiro imparcial. Este não pode de se sentir chocado ao deparar, no meio de uma nação tão grande e tão original, com as mesquinhas, as bobagens e os preconceitos da alta sociedade européia e, principalmente inglesa. (RUGENDAS, 1976, p. 108).

Malgrado a influência que a cultura europeia exercia sobre os habitantes, fato que acabava por oferecer ao Rio de Janeiro uma faceta civilizada, os viajantes sentiam-se num mundo estranho, sobretudo quando encontravam “a turba variegada de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte, assim que põem o pé em terra” (SPIX e MARTIUS, 1976, p.42). Negros e mulatos, no imaginário viajante, destoavam da paisagem “civilizada” ideal, uma vez que, a capital era uma cidade quase “europeia” no meio da pujante mata tropical.

Percorrendo as ruas fica-se espantado com a prodigiosa quantidade de negros, perambulando semi-nus e que executam os trabalhos mais penosos e servem de carregadores. Eles são mais raros nos dias de festas, solenizados por procissões e pelo costume singular dos fogos de artifício distante das igrejas tanto de dia como de noite. (DEBRET, 1972, p. 91).

Os viajantes mostraram-se críticos quanto ao trato oferecido aos negros, no entanto, alguns consideraram “que os escravos daqui são tratados com mais brandura que na América do Norte e nas colônias dos povos da Europa do Norte” (POHL, 1976, p.43). Leithold explica que a adoção de uma postura mais amena com os escravos, não é por uma questão humanitária por parte dos portugueses e de outros colonos, mas “de sagacidade política, pois [os mesmos] já passaram por uma terrível experiência antes de adotarem a presente atitude para com os seus escravos” (LEITHOLD, 1966, p.33). Porém, a maioria vê a escravidão, como a coisa mais terrível dos trópicos (MORIER, 2006, p.45; RANGO, 1966, p.147; SHILLIBEER, 1817, p.15).

A comunidade negra e seus “estranhos” hábitos foram severamente criticado pelos forasteiros. Os viajantes atribuíram a presença dos africanos alguns problemas inerentes a urbe, tais como: a imundice das vias públicas (“deve-se considerar que muito da sujeira das ruas se deve à comunidade negra, a mais numerosa da cidade” [MORIER, 2006, p.23]); a criminalidade e vadiagem (“os negros vadios praticam toda sorte de barbaridades” [ESCHEWEGE, 1823, p.100]); e a cantoria nas ruas (“os negros se estimulam uns aos outros, cantando de modo repulsivo e barulhento” [RANGO, 1966, p. 147]).

O interessante é que, alguns dos viajantes que conviveram diariamente com os cativos – seja na condição de acompanhante em algum trajeto, seja como seu serviçal –, acabaram por se convencer que os escravos eram “gente boa”, simpática e com capacidades peculiares (LETHOLD, 1966, p. 32-35):

[...] sempre simpático lo más sinceramente com la felicidad transitória que gozaban estas pobres vitimas de la opressión y crueldad: y mientras no podía contener la risa a expensas de los alegres miles que me rodeaban, era consuelo cordial y positivo el observar que suerte dura y miserable podía ser olvidada por ellos um tiempo y dar sitio a um intenso aunque pesajero goce de la vida. (ROBERTSON, 1920, p.71).

Embora os escravos constituíssem a maioria da população, o número de brancos no Rio de Janeiro teve considerável acréscimo, com a chegada de cortesãos e nobres depois de 1808. Os recém-chegados da corte portuguesa, na sua maioria, ocupavam funções públicas e compunham a sociedade distinta do Rio.

As mulheres, rainhas do lar, pouco eram vistas circulando pelas ruas cariocas, cabendo a elas a supervisão dos afazeres domésticos e educação da prole. Os viajantes ressaltam, em suas narrativas, esta imagem das mulheres brancas enclausuradas em casa, que “viviam a maior parte do tempo nos aposentos” (LEITHOLD, 1976, p.27; POHL, 1976, p.45; ROBERTSON, 1820, p.67). As mulheres, no cumprimento dos deveres religiosos, podiam ser vistas nas missas, fora isso, a única ocasião em que se admitia a presença feminina, com a condição de estarem devidamente acompanhadas dos maridos, eram as cerimônias da corte, bem como, nos espetáculos de teatro ou música. Rose de Freycinet (2007, p.50) observou que:

As mulheres, proibidas de ir a espetáculos, cuidam de substituí-los por essas festas religiosas, às quais comparecem sempre muito enfeitadas e decotadas, como se estivessem em um baile, tratando mais de se divertirem do que de rezar a Deus. Vi algumas muito bonitas: são realmente umas morenas atraentes.

A rua, lugar de convivência, era tida no Rio de Janeiro, como espaço de circulação dos negros, dos vadios, dos andarilhos e dos pobres, de forma tal que, “além dos escravos, poucos são os que andam a pé. Quem se respeita, mesmo de posses modestas, se sai a cavalo ou de carro” (LEITHOLD, 1966, p. 27). A vida social na capital fluminense, portanto, restringia-se: às festividades religiosas, aparições da Família Real, à apresentações de concertos musicais e peças teatrais, além das raras reuniões (jantares) na casa da fidalguia portuguesa. Para muitos viajantes, “a vida que aqui se leva é muito monótona; poucas são as distrações e quase não há reuniões sociais. Quem quer se divertir tem que fazê-lo por sua iniciativa própria”. (LEITHOLD, 1966, p. 26).

A alegria barulhenta das festividades brasileiras, especialmente as religiosas, foi um traço peculiar registrado pelos estrangeiros. Num tom pejorativo, atribuíam tal balburdia ao populacho carioca, e questionavam sobre a necessidade de tanto alarde causado pelos fogos de artifício (MAWE, 1978, p.81; POHL, 1976, p.46; RUGENDAS, 1976, p. 110).

Como já dissemos, a diversão no Rio de Janeiro limitava-se as festas populares, celebrações da corte ou apresentações teatrais. As pomposas cerimônias no Paço reuniam-se centenas de súditos, que ali prestavam as honras à família real (RANGO, 1966, p.136). Os viajantes, que narraram tais cerimoniais, ficaram perplexos com o beija-mão – solenidade que normalmente acontecia todas as noites, às oito horas, em São Cristóvão, e, nos grandes festejos de gala na Corte da cidade, depois da missa na Capela Real. Leithold relatou que numa destas noites, ele contabilizou trezentas pessoas, e pasmou-se ao chegar a conclusão de que “o rei teve a mão beijada seiscentas vezes. [...] A maioria limita-se a beijar a mão, retirando-se sem dizer uma palavra. (LEITHOLD, 1966, p. 63-64).

Além disso, quando o rei ou alguém da família real saía do Paço, todo português ou brasileiro, sem exceção, e independentemente das circunstâncias climáticas, deveria apejar o carro e fazer a genuflexão. Por certo tempo, os estrangeiros também foram forçados a esta vexatória obrigação, mas após terem demonstrado descontentamento com a imposição, foi determinado que somente os súditos de Portugal, Brasil e Algarves ficariam sujeitos à mesma. (LEITHOLD, 1966, p. 58; LUCCOCK, 1940, p.63; ROBERTSON, 1920, p.67):

É hábito em Portugal, e agora no Brasil, toda pessoa – não importando a sua posição social ou idade – que se encontrar no caminho do rei quando este vai à rua, ajoelhar-se durante a sua passagem, mesmo que seja na lama; as pessoas a cavalo ou em carros não estão isentas dessa constrangedora cerimônia. (FREYCINET, 2007, p.43).

A casa real transportada para o Rio de Janeiro, destacou-se pela simplicidade com que viveu e pelos conflitos em que se envolveu. Para os viajantes a corte pouco ostentava, quer seja na arquitetura do Palácio Real, quer seja no asseio pessoal (LEITHOLD, 1966, p.54; RANGO, 1966, p.134). “Se humilde era a residência real, mais humilde ainda se mostravam no seu aparelho e séqüito, quando apareciam em público” (LUCCOCK, 1940, p.66). A situação precária do Tesouro público impôs, a corte de D.João VI, uma representação modesta, e que ainda sim lhe pesava.

Na visão dos estrangeiros, a administração imperial enfrentava dois problemas cruciais: corrupção e má gestão. Leithold aponta que “tanto em Portugal como no Brasil não faltam funcionários escrupulosos cuja conduta é irrepreensível; somente as tentações para o enriquecimento são numerosas, e muitos o que dela se aproveitam” (1966, p. 78). Além disso, a abundância dos recursos naturais na capital fluminense, exigia um governo eficiente que lhe desse prestígio político. (MAWE, 1978, p.83). O rei se mostrava um “baixinho gordinho” problemático, e apesar de toda sua simpatia faltava-lhe talento. D.João era “um homem com pouquíssimos méritos, um homem que passaria por besta se não fosse rei. [...]. É um homem de pouca majestade” (FREYCINET, R., 2007, p.52).

Apesar da falta de realza, os viajantes reconheciam os inúmeros progressos ocorridos no Rio de Janeiro depois da transferência da corte (DEBRET, 1972, p.86; LUCCOCK, 1940, p.70; MAWE, 1976, p.86). Nas palavras de Rugendas (1976, p.106):

As circunstâncias que, em princípios do século XIX, forçaram a Casa de Bragança a procurar refúgio no Novo Mundo, contra os exércitos de um conquistador favorecido pela vitória e talvez, também contra a perigosa proteção de um aliado demasiado poderoso, foram de enorme importância para o Brasil e, principalmente, para o Rio de Janeiro. É em 1808 que começa realmente a história do Brasil e do Rio de Janeiro; ou derrotas sangrentas, suscetíveis de atrair para o país a tenção de observadores superficiais, as modificações que ocorreram no estado intelectual e material da antiga colônia, e principalmente da capital, são da mais relevância.

A presença estrangeira nos trópicos, permitida e incentivada depois da abertura dos portos, propiciou que o processo de civilização no Rio de Janeiro, durante o reinado de D.João VI, fosse resultado das inúmeras relações comerciais com as nações européias estabelecidas desde então. Este projeto de civilização, inegavelmente, teve influência estrangeira, influência esta, que se mostrou na vida social, nas variações e no desenvolvimento do luxo e das necessidades e, finalmente, nas classes elevadas, no desejo sempre crescente de cultivar, de uma maneira mais completa, as suas faculdades intelectuais (RUGENDAS, 1976, p. 108).

Os estrangeiros, em sua maioria, elogiaram os esforços de D.João VI e seus ministros para colocarem o Brasil nos trilhos do progresso científico, da erudição e do gosto pelas artes. O príncipe regente incentivou o cultivo das letras, e apoiou expedições científicas, artísticas e comerciais que visavam introduzir na colônia a modernização que a Europa vivia naquele momento. Sobre este esforço, o

comerciante inglês John Luccock (1976, p. 107) fez o seguinte comentário: “Desde a chegada de D. João VI ao Rio, o governo português fez varias tentativas louváveis para introduzir no Brasil, além das instituições civis, os estabelecimentos de instrução pública da Metrópole”.

Não se pode dizer que, a bem da verdade, que as medidas tentadas por D. João VI surtiram o efeito de uma mudança radical dos poucos estabelecimentos que se dispunha às vésperas de sua chegada, Seus empreendimentos “civilizatórios”, a rigor, tinham como objetivo suprir as demandas de crescimento do setor comercial, além das necessidades cotidianas de sua corte.

A abertura, com a chegada da família real, significou, em si mesma, a ampliação da demanda por bens culturais, as exigências da corte resultaram na vinda de levas de músicos e artistas, que preparavam espetáculos tanto para as horas de descanso da família real, como para a nobreza em geral, que viam nessas ocasiões um momento para exhibir-se. Sob a ótica viajante, tais espetáculos não impressionavam, “era um grande picadeiro, destituído de gosto e arte, é a sede de um bando que tem a petulância de se intitular *atores* e *artistas*, acreditando mesmo ocupar uma posição na classe, talvez porque ninguém lhe negara a mais baixa sociedade” (RANGO, 1966, p. 144). Talvez a música, dentre as manifestações artísticas, fosse aquela que mais agradasse o exigente gosto estrangeiro, as canções, de boa ou má qualidade, alimentavam tanto o espírito das camadas sociais elevadas, quanto à da ralé, se tornando um traço peculiar da cultura brasileira:

A música é tão apreciada pela gente educada da população quanto pelos escravos e com igual fervor: ouve-se todo o tempo o canto monótono dos negros acompanhado de instrumentos que eles próprios constroem e quando três deles se reúnem mesmo nos mais rudes trabalhos, sempre há um que canta ou faz soar as cordas. (RANGO, 1966, p.151).

Para os viajantes, o Rio de Janeiro era, sob muitos aspectos, um dos lugares mais interessantes do Novo Mundo. E talvez aquele que, pelo seu aspecto material e moral, apresentava as maiores garantias de um rico porvir – aquele belo porto, situado num país que produz tudo que as necessidades físicas do homem exigem, tudo o que o Estado pode precisar da natureza para a sua propriedade. Todavia, a apreciada generosidade da Mãe natureza, exigia um povo sábio, perspicaz capaz de implementar as bases da modernidade, que abdicasse da educação tradicional, tida

como retrograda, para adquirir qualidades intelectuais e físicas necessárias para gozar os dotes de uma natureza tão pródiga.

Certamente não exagero quando te digo que cá não se conhece, com raras exceções, o que seja *arte* ou *ciência* nem mesmo gosto pelas matérias. Embrutecidos pelo calor e por certos hábitos adquiridos na educação, quase não se sentem o estímulo de fazer algo mais do que se deixar enfeitiçar ou embair pela hipocrisia de estranhos, como se a religião se tivesse refugiado dentro deles. (RANGO, 1966, p. 136).

Nas narrativas, há determinadas passagens em que os viajantes demonstram ter esperança no futuro do Brasil, tanto porque a natureza é prodigiosa, quanto pelo próprio caráter do povo. “O brasileiro, geralmente bom, é dotado de uma vivacidade que se vislumbra nos seus olhos pretos e expressivos, feliz disposição natural que ele aplica com êxito o cultivo das ciências e das artes” (DEBRET, 1972, p.109; ROBERTSON, 1920, p.60; SHILLIBEER, 1817, p.12).

Deve-se dizer, em louvor da nova geração brasileira, que ela é dotada de uma boa vontade incomensurável e deseja, ardentemente, adquirir os conhecimentos cuja falta sente tão vivamente; os progressos realizados, em todos os ramos da ciência, pelos brasileiros que se encontram em Londres ou Paris, são uma promessa de realizações importantes para o futuro. (RUGENDAS, 1976, p. 108).

Em suma, podemos dizer, que dentre o universo da literatura de viagem, algumas temáticas, como procuramos demonstrar no decorrer deste capítulo, foram recorrentes: a natureza exuberante e desconhecida; a arquitetura incipiente e mal planejada; a insalubridade citadina e as doenças decorrentes; a negritude da população; a clausura feminina; o excesso do luxo no vestir, no mobiliário e no formalismo social; a monótona vida social; a corte e suas celebrações, em especial, a cerimônia do beija-mão; o fortalecimento das relações comerciais entre Brasil e a Europa; o incentivo ao cultivo das letras; e adequação dos modos de vida na colônia aos padrões europeu, tido, para época, como modelo do “civilizado”.

É certo que cada autor possui sua própria forma de escrever o que vê e experimenta, ao longo de sua viagem, posicionamento este, que está intimamente ligado a formação intelectual/profissional, as interferências do social e o momento histórico, aspectos que contribuem para uma visão particularizada do autor-viajante sobre determinados assuntos. No entanto, privilegiamos, no presente estudo, a análise do pensamento, do instrumental filosófico, dos conceitos, idéias e imagens que perpassaram grande parte do imaginário viajante no início do oitocentos.

Sem perder de vista que o visitante europeu, antes de observador, foi, provavelmente, um leitor de outras narrativas, que o dotara de um certo *preconceito* (pré-conceito) com relação ao Brasil. Nesse sentido, podemos dizer que seu olhar tenta, antes de qualquer coisa, comprovar o que já foi dito sobre o país, além de descobrir elementos novos, originais que possam ser úteis à ciência, dando a conhecer ao Velho Mundo o Novo Mundo no século XIX.

ⁱ Antes de 1808, a Coroa portuguesa restringiu a entrada de visitantes estrangeiros nos trópicos, por meio de dois decretos: o primeiro de 1591, que proibia a vinda de navios estrangeiros para a colônia; e o segundo de 1605, que vetava definitivamente a presença estrangeira em solo brasileiro. Sendo assim, durante dois séculos visitantes estrangeiros foram impedidos de circularem livremente pela colônia portuguesa na América.

ⁱⁱ Esta postura adotada especialmente pelos viajantes naturalistas, segundo Ana Maria Belluzo (1995, p. 10, *grifo nosso*) “corresponde às exigências do homem total da época iluminista, o *artista-cientista*, capaz de colocar a sensibilidade em colaboração com a razão”.

ⁱⁱⁱ Na Inglaterra do final do século XVIII, havia duas correntes principais que se vincularam a idéia do pitoresco. A primeira difundida por William Gilpin, orientada, sobretudo pela experiência do artista amador, que viajava à procura de cenas selvagens e abruptas da natureza. E a segunda, orientada por Uvedale Prince e Richard Knight, na qual o pitoresco era a verdadeira aparência visível das coisas, e que a imitação da natureza era a meta da arte. (MARTINS, 2001, p. 55-57).

^{iv} Numa abordagem romântica da natureza prestigia-se, segundo Antônio Candido, “os seus aspectos agrestes inacessíveis – montanha, cascata, abismo, floresta, que irrompe de sob as colinas, prados e jardins”. (1981, v.2, p.30).

REFERÊNCIAS

BELLUZO, Ana Maria de Moraes. **Brasil dos Viajantes**. São Paulo: Metalivros, 1995.

BERGER, Paulo. **Bibliografia do Rio de Janeiro: viajantes e autores estrangeiros. 1531-1900**. 2^o ed. Rio de Janeiro: seec, 1980.

CÂNDIDO, Antônio. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos, 1531-1800**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, José Olímpio, 1999.

_____. **Outras Visões do Rio de Janeiro Colonial: antologia de textos, 1531-1800**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, José Olímpio, 2000.

_____. **Mulheres viajantes no Brasil (1773-1820)**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, José Olímpio, 2007.

LEITE, Miriam Moreira (Org). **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros**. São Paulo, Hucitec, Brasília: Pró-memória, 1982.

_____. **Livros de viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LISBOA, Karen. M. **A nova Atlântida de Spix e Martius**: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Hucitec, 1997.

MARTINS, Luciana Lima. **O Rio de Janeiro dos viajantes**: o olhar britânico (1800-1850). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

Documentos:

ARAGO, Jacques Etienne Vitor. **D'um a outro pólo**. Lisboa: Francisco Xavier de Sousa, 1855.

BRACKENRIDGE, Henry Marie. **Voyage to South America**, performed by order of the government in the years 1817 and 1818, in the Frigate Congress. Baltimore, 1819.

CALDCLEUGH, Alexander. **Travels in South America**, during the years 1819-20-21: containing an account of the present state of Brazil. London : John Murray, 1825.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica do Brasil**. São Paulo: Martins Ed. /Edusp, 1972. 2v.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von. **Pluto Brasilienses**. Trad. Domicio de Figueiredo Murta. São Paulo: Universidade de São Paulo, Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

FREYCINET, Rose de Saulces. **Journal de Madame Rose de Saulces de Freycinet d'après le manuscrit original accompagné de notes par Chales Duplomb**. Paris: Société D'éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, 1927.

GENDRIN, Victor Athanase. **Recit historique, exact et sincere, par mer et par terre, de quatre voyages faits av bresil, av chili, dans les**. Versailles : M Gendrin, 1856.

LEITHOLD, Theodor von; RANGO, Ludwing von. **O Rio de Janeiro visto por dois prussianos em 1819**. São Paulo: Brasiliana, 1966.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Tomadas durante uma estada de dez anos no país, de 1808 a 1818. Trad. Milton da Silva Rodrigues São Paulo: Ed. Martins, 1942.

MAWE. John. **Viagens ao interior do Brasil**. Trad. Selena Benevides Viana. São Paulo, Belo Horizonte: Itatiaia, 1978.

M'LEOD, Jonh. **Narrative of a Voyage**, in His Majesty's late Ship Alceste, to the Yellow Sea, along the Coast of Corea, and through its numerous hitherto undiscovered islands, to the island of Lewchew; with an account of her shipwreck in the straits of Gaspar. Londres : John Murray, 1817.

O'NEIL, Thomas. **A Concise and Accurate Account of the Proceedings of the Squadron under the Command of Admiral William Sidney Smith.** Londres: R. Edwards Crane Courte, 1809.

OUSELEY, Sir William Gore. **Descriptions of views in South America**, from original drawings, made in Brazil, the river plate, the Parana, & c. & c. London : Thomas Mclean, 1852.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem ao interior do Brasil empreendida nos anos de 1817 a 1821.** Trad. Milton Amado e Eugenio Amado. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1951.

PRIOR, Sir James. **Voyage along the eastern coast of Africa, to Mosambique, Johanna, and Quiloa; to St Helena; to Rio de Janeiro, Bahia.** London : Sir Richard Phillips and Co, 1819.

RUGENDAS, Johan Moritz. **Viagem pitoresca através do país.** Trad. Sérgio Milliet. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1979.

SAINT-HILARIE, Auguste de. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais.** Trad. Clado Ribeiro de Lessa. São Paulo: Nacional, 1938.

SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. **Viagem pelo Brasil (1817-1820).** Trad. Lucia Furquins Lahaneyer. Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo: Edusp, 1981.

WIED, Maximilian Prinz von. **Viagem ao Brasil.** Trad. de Edgar Süssekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo; refundida e anotada por Oliverio Pinto São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.